

A integração

Dívida externa

O Plano Brady parece ter encontrado na decisão dos bancos credores quanto ao Brasil uma resposta rápida. Rápida, decepcionante e capaz de fortalecer a crença na impossibilidade de uma saída negociada para essa complexa questão da dívida externa. Poucos dias depois de anunciado o Plano — uma promessa de redução do estoque da dívida — os banqueiros endurecem com o Brasil em uma questão secundária, sem nenhum efeito prático, como a de condicionar a liberação de dinheiro novo já contratado ao pagamento prévio, pelo Brasil, de juros que venceram na semana passada. Essa operação poderia ser, como o foi em muitas oportunidades anteriores, meramente contábil. Não precisa ser física, como os bancos querem.

O Brasil e os demais países devedores da América Latina precisam avançar rumo à integração dos seus mercados e dos seus interesses políticos. Esse é o caminho da resolução do problema da dívida, ainda que o Plano Brady venha a frutificar. A América Latina, unida em torno de uma estratégia comum para a dívida, talvez constitua argumento suficientemente sólido para convencer os banqueiros da necessidade de negociar. De outro modo com certeza não se chegará a lugar algum.

Unido, o hemisfério poderá transformar o seu vigoroso mercado interno — algo como 50 bilhões de dólares por ano — em poderoso mecanismo de economia de divisas, permitindo-se relançar as economias nacionais, promover o desenvolvi-

mento, estabilizar a democracia e, mais tarde, pagar a dívida. Não há como fugir dessa cronologia. São as realidades, e não apenas os desejos, os estímulos que a movem.

Integrada, numa resposta inevitável aos movimentos integracionistas que se desenvolvem em praticamente todas as grandes regiões do mundo, a América Latina terá força política para reivindicar um novo tratamento por parte dos países desenvolvidos e das instituições internacionais que os seguem. Principalmente destas que são, ostensivamente, preconceituosas em relação ao Terceiro Mundo.

O presidente José Sarney foi um líder importante do processo latino-americano, mas poderia avançar mais. Avançar em direção a resultados rápidos nos planos onde já existe razoável base de consenso, como o da dívida. A América Latina está madura para constituir, a exemplo do que já fizeram os bancos credores, um comitê de devedores, com a função de apresentar-se como único interlocutor dos bancos, das instituições internacionais e dos governos estrangeiros. Só esse ato formal, de caráter puramente político, bastaria para reciclar a linguagem dos banqueiros.

Muito provavelmente, após esse passo, eles reagiriam de modo mais construtivo ao Plano Brady — um plano tímido, é certo, mas não pior do que o melhor que se poderia esperar de uma iniciativa espontânea dos países ricos.